

**O Patrimônio (Oficialmente) Rejeitado:
A destruição do Palácio Monroe e suas repercussões no
ambiente preservacionista carioca**

FERNANDO ATIQUE¹

1 – As Construções do Físico e do Simbólico

A primeira década do século XX pode ser tomada como aquela que levou o Governo Republicano, instalado em 1889, a, literalmente, edificar sua imagem arquitetônico-urbanística, sobretudo no Rio de Janeiro, antiga capital da nação. Especial referência se faz às reformas urbanas levadas a cabo naquela localidade desde o final do século XIX, mas que assumiram forte preponderância com a Reforma Passos, instalada em 1904, quando Rodrigues Alves ocupava a presidência da República (1902-1906) (BENCHIMOL, 1990). A obra principal da Reforma Passos, também conhecida como “Bota-Abaixo” foi a abertura da Avenida Central, demonstração espacial de uma nova ordem que tentava se firmar no país. Idealizada por Francisco Pereira Passos, engenheiro brasileiro (Escola Central, 1856) com intensa ligação com o período *Haussmanniano* francês (1863-1870) a Avenida Central possibilitou a efetiva introdução de uma forma urbana ainda pouco conhecida no Brasil, enfatizada por arquiteturas de caráter e imagem típicas do período, baseadas em interpretações de formas históricas, dando origem aos “neos” formadores do que se convencionou chamar de eclétismo (FALBEL; LIMA, 1999: 3). Construída de 1904 a 1906, mas oficialmente inaugurada em 15 de novembro de 1905, a Avenida Central impôs comportamentos de fruição do espaço público pouco conhecidos da população carioca: uso de chapéus e luvas, além de sapatos, para o trânsito pelos seus quase 2 quilômetros, sob pena de multa. As edificações da Avenida Central foram praticamente todas escolhidas por conta de um concurso de fachadas, procedimento também pouco conhecido no meio técnico brasileiro, visando manter uma uniformidade de pensamento e forma, o que redundou em um dos conjuntos mais expressivos da Arquitetura da Primeira República (BENCHIMOL, 1990).

¹ Professor de “Espaço e Patrimônio Edificado” na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, no Departamento de História, da Universidade Federal de São Paulo. Doutor em História e Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo pela FAUUSP. Autor do livro “Arquitetando a ‘Boa Vizinhança’: arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil-Estados Unidos, 1876-1945 (Pontes / FAPESP, 2010).

Pouco antes, mas na mesma década, em 1901, o Governo Brasileiro foi convidado pelo presidente americano William MacKinley, a tomar parte nas comemorações do Centenário da compra da Louisiana, que ocorreriam em 1903, em Saint Louis (AGUIAR, 1976: 13; CASTRO, 1926: 24). O convite, recebido pela Legação Brasileira em Washington D.C., foi interpretado por Ramiro Berbert de Castro, como “*altamente significativo para nós*”, pois a América do Norte [sic] era “*o principal centro de consumo dos nossos mais importantes productos de exportação*” (CASTRO, 1926: 24). Havia, ainda, por parte do governo republicano, segundo Castro, “*o ensejo felicíssimo de fazermos uma completa exposição, aos olhos do proprio consumidor, da extensa variedade dos nossos productos, mormente da produção agricola, como o café, então depreciado nos mercados estrangeiros*” (CASTRO, 1926: 24).

Para a efetivação da participação brasileira no certame, o Presidente da República, Rodrigues Alves, enviou mensagem ao Congresso Nacional, em junho de 1903, acompanhada de arrazoado produzido pelo Ministro de Viação e Obras Públicas, Lauro Severiano Müller, solicitando dotação orçamentária, nos anos de 1903 a 1905, na cifra de 1.100:000\$000. Aprovada a solicitação, montou-se a equipe executora da empreitada, encabeçada pelo engenheiro militar, o Coronel Francisco Marcelino de Souza Aguiar, construtor de certa projeção no cenário nacional de então, e autor de obra similar feita pelo Brasil, em 1893, para a Exposição Internacional de Chicago (CASTRO, 1926: 25; AGUIAR, 1976: 14). À equipe somaram-se outros brasileiros, encarregados de reunir elementos para cada uma das seções em que o Brasil teria representação no evento: Educação e Cultura Física; Belas Artes; Transportes; Artes Liberais; Manufaturas; Florestas, Pesca e Caça; Máquinas; Eletricidade; Agricultura e Horticultura; Minas; Metalurgia e Economia social e Antropologia (AGUIAR, 1976: 14).

Como lhe competia, Lauro Müller estipulou parâmetros para o projeto de Souza Aguiar. O aviso n.148, de 31 de julho de 1903 era taxativo ao requisitar que “*na construção do pavilhão se terá em vista aproveitar toda a estrutura, de modo a poder-se reconstruí-lo nesta Capital*” (AGUIAR, 1976, p.14). O que estava explícito nessa solicitação era a necessidade de se pensar em uma arquitetura que pudesse ser remontada, associando-se a uma atitude que é típica da sociedade industrial: a transportabilidade dos bens, ou, no linguajar projetual, da criação de uma *arquitetura*

efêmera. Souza Aguiar, conforme compilação de documentos referentes à história do Palácio Monroe, explicitou que “*não seria de fácil prática*”, pois, conforme expôs, “*não é tão simples como parece, harmonizar o tipo de construção de caráter passageiro, cujo intuito principal é impressionar pelo conjunto, com o de uma obra duradoura, a perdurar longos anos*” (AGUIAR, 1976, p.14). Todavia, assumiu tal compromisso.

A solicitação de Müller pode ser tratada, dessa forma, como a responsável por cristalizar uma tecnologia construtiva ainda pouco explorada em solo brasileiro: a da estrutura metálica. Ciente de que a estrutura metálica poderia ser desmontada e remontada sem grandes prejuízos para seu funcionamento, Souza Aguiar iniciou seu trabalho de concepção do espaço embasado em duas situações: a) realizar um edifício e não um *stand* passageiro; b) usar estrutura metálica e pensar na simbologia que a edificação assumiria na Feira de Saint Louis, e no Brasil, posteriormente.

Assim, Souza Aguiar embarcou para os Estados Unidos, onde realizou a concepção da edificação e se muniu de repertório acerca dessa tecnologia construtiva que já era familiar dos estadunidenses (ATIQUE, 2010).² Em setembro de 1903 a Comissão de Obras da Exposição de Saint Louis recebeu o projeto elaborado por Souza Aguiar, que se pôs, então, a buscar fornecedores para a obra. Frente ao projeto elaborado, Aguiar soube que apenas a grande cúpula central poderia ser entregue para uso em Saint Louis, pois foram requeridos oito meses para a produção de toda a edificação, o que extrapolaria o prazo para abertura da Feira, em 30 de abril de 1904 (AGUIAR, 1976: 15). Aguiar, então, conforme apontamentos de seu filho, Louis Souza Aguiar, fez com que a edificação metálica, com exceção da grande cobertura, fosse enviada diretamente ao Rio de Janeiro, visando a montagem da edificação na região do Passeio Público (AGUIAR, 1976: 15).

O Pavilhão, efetivamente, montado, em Saint Louis, ocupou terreno de 5.500 metros quadrados, ao lado de outras delegações estrangeiras, como Bélgica, Cuba,

² O governo brasileiro ainda incumbiu Souza Aguiar de outras três tarefas: a análise de instituições que favorecessem subsídios para o projeto do novo edifício-sede da Biblioteca Nacional, bem como o estudo da fabricação de cédulas para implantação dos serviços da Casa da Moeda e do sistema estadunidense de fabrico da pólvora sem fumaça www.fau.ufrj.br/brasilexpos/f2-1893.html. Acesso em 23 abr 2007). As pesquisas de Sousa Aguiar foram bem sucedidas, pelo menos no que tange à execução da Biblioteca Nacional, já que Lima Barreto, em artigo publicado no Correio da Noite, do Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 1915, expôs que a biblioteca era um “palácio americano” que de tão suntuoso, afugentava o cidadão carioca que ali pretendesse ir ler (BARRETO, 2005: 64).

França, Inglaterra, Itália, Porto Rico e São (AGUIAR, 1976, p.15). Na exposição, a edificação era classificada como pertencente ao estilo renascentista francês. Oigres Macedo, assim a descreveu: “a composição seguia o esquema de um retângulo acompanhado de duas loggias circulares em seus lados menores, sobre esta base subiam mais dois pavimentos; o corpo principal era encimado por uma grande cúpula de mais de 13 metros (44 pés) de diâmetro, a qual dava ao conjunto uma expressiva altura de mais de 41 metros (135 pés)” (MACEDO, 2010: 59). O mesmo autor informa que o Brasil despendeu cerca de US\$ 600 mil para participar da Feira. Algo equivalente a US\$ 14 milhões, no câmbio de fins de 2010. Algo em torno US\$ 135 mil foram usados apenas para o pavilhão principal (MACEDO, 2010: 59).

Tamanho investimento financeiro despertou atenção nos frequentadores da Feira. Relatos da imprensa americana dão o tom da recepção da obra brasileira:

“Quem vem de Skinder Road para Clayton vê surgir, diante de si, alvo e brilhante edifício, rodeado de graciosas colunas coríntias; encima-o gigantesca abóbada. O efeito é de fazer estacar, arrancando espontânea admiração; suas formas personificam a graça” (SAINT LOUIS REPUBLIC, 10 abril de 1904, citado por AGUIAR, 1976: 16).

Outro relato coloca o Brasil em destaque:

“O edifício do Brasil que vai ser hoje inaugurado é um dos mais belos da Exposição e também do mundo. Bastaria que as mesmas ideias seguidas no projeto e na construção, quanto à ordem, proporções, harmonia e, sobretudo, apropriações fossem tomadas como norma na vida de qualquer país para desenvolvê-lo, torná-lo grandioso em tudo quanto o espírito de seu povo possa conceber e as mãos humanas executar” (THE POST DISPATCH, 24 de maio de 1904, citado por AGUIAR, 1976: 16).

Estas passagens transcritas ajudam a compreender o entusiasmo dos americanos pela Feira e dão o tom para o entendimento das razões que levaram Souza Aguiar a receber o grande prêmio de Arquitetura da Feira de Saint Louis. A premiação, a celebração da imprensa e a presença de Theodor Roosevelt no pavilhão do Brasil colocaram a República brasileira em destaque no cenário americano,³ conseguindo aproximar ainda mais as duas nações em suas atividades comerciais, que, como visto

³ Simbolicamente, a grande dimensão da obra, frente aos demais espaços de exposição elevaram o Pavilhão Brasileiro a grande expoente da Feira. O caráter “permanente” da obra de arquitetura o fazia mais notável do que os edifícios realizados em *symp*, como expõe o arquiteto Oigres Cordeiro de Macedo: “em Saint Louis se optou pelo material que melhor convinha, dada a abundância de madeira proveniente de várias regiões e que desembocavam no grande entroncamento fluvial e ferroviário que a caracteriza na geografia americana” (MACEDO, 2010: 54-55).

linhas atrás, era um dos objetivos da Feira e já vinham sendo perseguidos desde 1876 com a Exposição da Filadélfia (ATIQUÉ, 2010).

Finda a Feira, em dezembro de 1904, Souza Aguiar inspecionou a desmontagem do pavilhão, que traria ao Brasil, além da imensa cúpula, também as esculturas de leões que guarneciam sua entrada principal, os móveis e algumas peças menores. Em 1905, como visto, o Rio de Janeiro estava em plena época das demolições, no meio do “Bota Abaixo” de Pereira Passos. A área a ser ocupada pelo o que os brasileiros passaram a chamar de “Palácio São Luiz” estava determinada e ocupava importante local: entre o Passeio Público, o secular Convento d’Ajuda e a recém traçada e em processo de implantação: Avenida Central. Em planta sob guarda da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, datada de 1904, a implantação do Palácio São Luiz estava determinada e coadunava-se aos demais edifícios públicos das imediações: a Biblioteca Nacional, também projetada por Souza Aguiar no período em que esteve nos Estados Unidos, o Theatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes e o Conselho Municipal, hoje Câmara Municipal, conhecida como Palácio Pedro Ernesto.

Dessa maneira ficava clara a intenção do governo brasileiro, envolvido na remodelação da então Capital Federal, de aproveitar o prestígio alcançado pelo edifício nos Estados Unidos e consolidar a construção da imagem de “terra saneada” que fazia propagar, sobretudo pelas Américas, com a vacinação compulsória, com a reforma do Porto e com a instauração de novos padrões higiênicos (SEVCENKO, 1999).

Evitando-se cair no campo da especulação histórica, deve-se acrescentar aqui o empenho pessoal do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Barão do Rio Branco, para que o Palácio de São Luiz fosse remontado o mais breve possível no Rio de Janeiro, pois, ali, deveria ocorrer a III Conferência Pan-Americana. Assim, de setembro de 1903, quando foi decretada a operação de abertura da Avenida Central, passando pela inauguração oficial da mesma, em 15 de novembro de 1905, até 23 de julho de 1906, quando a III Conferência Pan-Americana se iniciou, a área foi intensamente transformada, e mundialmente documentada, constituindo-se no principal cartão de visitas do país. No centro das mudanças estava o Palácio São Luiz, um dos primeiros símbolos da renovação político-urbanística do Rio de Janeiro.

2 – De São Luiz a Monroe: os usos e representações da obra no Brasil

Em julho de 1906, a edificação erigida com estrutura de aço e revestida com os referenciais estéticos da *Belle Époque*, adornou-se com todas as bandeiras dos países americanos, na cidade do Rio de Janeiro. O motivo era, enfim, a realização da Terceira Conferência Pan-Americana⁴ que, pela primeira vez, ocorria em terras do sul do continente americano. Montada defronte a Baía de Guanabara, no fim da Avenida Central, a edificação imponente era conhecida, entre os brasileiros, como “Palácio São Luiz”, em função de ter sido, originalmente, destinada a abrigar o Brasil na Exposição Internacional de Saint Louis, ocorrida em 1904, nos Estados Unidos. Entretanto, o nome latino daquela obra de arquitetura foi esquecido em pouco tempo, uma vez que durante a realização das assembleias da referida Conferência, o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em concordância com a sugestão do embaixador brasileiro em Washington, Joaquim Nabuco, requereu que o palácio fosse, a partir daquele momento, chamado de “Palácio Monroe”, em memória do antigo presidente dos Estados Unidos James Monroe (ATIQUÉ, 2010).

O Palácio Monroe cristaliza muitas ideias e assuntos em pauta naqueles primeiros anos de Republicanismo no Brasil. É extremamente importante notar que a sugestão dada por Joaquim Nabuco ao Barão do Rio Branco tinha por objetivo não apenas “fazer boa figura” do Brasil perante os Estados Unidos, já que na Conferência de 1906 o Secretário de Estado daquele país, Elihu Root estava presente, mas, intentava-se, também, sensibilizar as demais nações americanas acerca do assunto pan-americanismo, uma vez que James Monroe passou à história como o autor da Doutrina Monroe, a qual, se não pode ser vista como a origem do Pan-Americanismo, foi, sem dúvida, a justificativa para muitas ações neste sentido (SANTOS, 2004, p.64).

⁴ As Conferências Pan-Americanas – também chamadas de Conferências Americanas - são vistas, pela historiografia, como continuidades do Congresso Continental convocado por Simon Bolívar em 1826. Mas, de fato, a Primeira Conferência seria convocada pelos Estados Unidos, visando aumentar suas relações comerciais com os demais países americanos, apenas entre 1889 e 1890, em Washington DC. A Segunda Conferência Pan-Americana ocorreu em 1901, no México; a Terceira, em 1906, no Rio de Janeiro; a Quarta, em Buenos Aires, em 1910; a Quinta em 1923, em Santiago do Chile; a Sexta Conferência em Havana, em 1928 e a Sétima, em 1933, em Montevidéu. Depois desta data, elas assumem outras características e passam a ser designadas até por outros nomes, até meados da década de 1950 (BAGGIO, 2001).

O Palácio, enquanto artefato trazia muito dos dilemas e das opções estéticas, mercantis e políticas disponíveis ao Brasil, naquele momento. Todo edificado em estrutura metálica, algo que remetia diretamente ao mundo norte-americano, ele havia recebido vedações que buscavam referências no universo estético europeu, dentro da clara postura de recuperação dos pressupostos historicistas daquele momento, na arquitetura. Era possível notar através daquele edifício uma triangulação muito importante e vivaz naqueles anos: o Brasil, procurando um “*lugar*” entre a *América* e a *Europa*.⁵

A postura celebradora de James Monroe assumida por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, era justificada por sua interpretação de Monroe como o principal formulador de uma “*Política Pan-Americana*”. Era justificada, ainda, por acreditar que aquele prédio, que em 1906 recebeu os delegados das nações americanas e, em especial, o Secretário de Estado Elihu Root, havia abrigado, quando em solo estadunidense, o próprio presidente daquela nação, Theodore Roosevelt, o que, com seu “ressurgimento” em solo brasileiro parecia indicar, mesmo que metaforicamente, a importância do Brasil no acolhimento da “*causa pan-americanista*”, e, de maneira latente, mas igualmente importante, da “*causa americanista*”.

Envolto em uma polêmica de graves consequências sociais, das quais a Revolta da Vacina (1904) é a mais conhecida, o período Passos legou um agravamento da crise habitacional da antiga capital federal, o empoderamento de uma parcela de investidores que se valeram da compra de terrenos criados com a abertura da Avenida Central, e, como apontou Jaime Benchimol, um espraiamento de extratos médios e indústrias pela cidade, os quais, outrora, ocupavam o território rasgado pela Avenida Central (BENCHIMOL, 1990).

Paradoxalmente, a Praça Marechal Floriano acabou por ser assimilada por conta da propaganda intensa, realizada pelo governo e pelos investidores particulares, como o espaço da República no Rio de Janeiro. Uma breve análise dos eventos históricos transcorridos na área final da Avenida Central nos revela as funções que o Palácio Monroe desempenhou no Rio de Janeiro, sobretudo como Centro de Convenções:

⁵ Parafrazeando o título da obra de Luís Cláudio Villafañe dos Santos “*O Brasil entre a América e a Europa*” (2004).

- De 23 de julho a 27 de agosto de 1906: sede da III Conferência Pan-Americana;
- Dia 02 de junho de 1907: lugar de condecoração aos envolvidos na Exposição Internacional de Saint Louis;
- De 26 de setembro a 11 de outubro de 1907: abrigou a conferência do sociólogo e historiador Guilherme Ferrero;
- Dia 28 de novembro de 1908: sessão de confraternização intelectual entre o Brasil, a França e a Itália, mediante debate entre Barão do Rio Branco, Olavo Bilac, Charles Richet e Henrique Ferri;
- 20 de Janeiro de 1908: banquete oferecido à Esquadra norte-americana, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, pelo Barão do Rio Branco;
- De 02 a 08 de agosto de 1909: sede das sessões do IV Congresso Médico Latino-Americano;
- 11 a 14 de Agosto de 1910: sede da Convenção Nacional das Associações Cristãs de Moços;

Ramiro Berbert de Castro informa, ainda, a quantidade de festas realizadas no Palácio Monroe, ligadas ora à elite nacional, ora ao poder republicano, permitindo notar certa função fixa para obra de tão dispendiosa soma:

“No edificio do Monroe, no anno de 1910, foram realizadas festas que tiveram excepcional luzimento. Em 9 de Julho desse anno, alli se effectuou o grande baile, em beneficio do Monumento á Virgem Immaculada, promovido por senhoras do nosso mais elevado escól social, taes como as exmas. senhoras Bernardina Azeredo, Franscisca Mello e Carlota de Almeida. Em 23 de Agosto, houve um concorrido e animado chá-dançante, offerecido, pela Associação Brasileira de Imprensa, aos jornalistas argentinos, em sua visita ao Rio de Janeiro. A apresentação dos jornalistas portenhos foi brilhantemente feita pelo dr. Dunschee de Abranches. O eminente escriptor Coelho Netto saudou os argentinos, em nome dos jornalistas brasileiros, numa fulgente oração de solidariedade intellectual. Em 14 de Setembro, houve uma grande recepção, concerto e baile, em homenagem ao dr. Francisco Sá, ministro da Viação, por motivo da passagem da data de seu anniversario natalicio, sendo promotores desta festa elementos de destaque em nosso meio, srs. eng. André Gustavo Paulo de Frontin, pelo Club de Engenharia, Dr. Jorge Street, pelo Centro Industrial, e Barão Ibirocahy, pela Associação Commercial do Rio de Janeiro. No concerto, fez-se ouvir uma orchestra de quarenta professores, sob a regencia do maestro Francisco Braga. Em Outubro, houve dois grandes bailes, um em homenagem ao Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, presidente eleito e reconhecido da Republica e recém-chegado da

Europa; e outro, em honra do Almirante Alexandrino de Alencar. Em Novembro, houve uma linda festa, effectuada em homenagem ao eminente professor de Direito dr. Esmeraldino Bandeira, então ministro da Justiça. Ainda em 1910, realizou-se, no Palacio Monroe, um grande banquete, de quinhentos talheres, offerecido por varios representantes da politica, das letras, do commercio e da industria, ao então deputado federal pela Bahia dr. José Joaquim Seabra. Falou, offerecendo o banquete, e realçando o brilho dessa cerimonia, o consagrado republicano Quintino Bocayuva. Todas essas solennidades deram ao Palacio Monroe uma inolvidável significação, na vida social do país” (CASTRO, 1926: 36).

A função de centro de eventos seria mantida até 1911, quando o governo instalou, provisoriamente, o Ministério de Viação no Monroe, até que as obras da sede oficial da pasta fossem terminadas. Entretanto, até 1914, quando a Câmara dos Deputados foi oficialmente transferida do edifício da Cadeia Velha para ali, o palácio continuou servindo como sedes de congressos (4º Congresso Operário Brasileiro e Congresso Internacional de Jurisconsultos, em 1912), como local de bailes (Formatura da Faculdade Nacional de Medicina, em 1914) e até de velórios (Dr. Germano Hasslocher). A instalação da Câmara dos Deputados veio reverter o caráter efêmero da obra e resolver o problema de alojamento do colegiado de deputados. Em sessão de 31 de Agosto de 1914, o vice-presidente da Casa, Soares dos Santos, pôs em votação a proposta de mudança de endereço a qual foi aprovada e efetivamente concluída em 12 de setembro de 1914 (CASTRO, 1926: 39).

A Câmara funcionou no Monroe até 1922, quando, em junho, ali se instalou a Comissão Executiva da Exposição do Centenário da Independência do Brasil. Ao término desta, em 1923, a edificação foi amplamente reformada, ganhando vedações nas suas *loggias* laterais, e, conforme Berbert de Castro, passando a ostentar nova espacialidade:

“O pavimento terreo, em que se encontra a Portaria, sala de chapéus, Archivo, Correio e Telegrapho; primeiro pavimento, com dois terraços lateraes, no qual se encontram o hall de entrada, a Secretaria, o Gabinete do director e vice-director da Secretaria, as salas destinadas ás diversas commissões, salão nobre e a Bibliotheca; no segundo pavimento: a grande sala das sessões do Senado; gabinetes do vice-presidente da Republica e vice-presidente do Senado, gabinetes dos secretarias do Senado, e salas de leitura, café, e para os senadores. Há sobre o edificio um amplo terraço. Tem-se accesso a todos os pavimentos, por meio de tres elevadores. Importaram em mais de cinco mil contos as obras de adaptação do edificio, inclusive as tapeçarias, mobiliario, alfaias, obras de arte, e outros objectos de adorno. A fachada foi toda modificada, sendo tirados os excessos de ornatos, apenas pintada na côr de granito” (CASTRO, 1926: 42).

A edificação, então, destinada aos trabalhos do Senado a partir de 03 de maio de 1925, funcionou no local até 1960, quando foi transferida para Brasília. Entretanto, face à recusa de muitos funcionários de carreira e do apelo de senadores, o Monroe foi mantido como sucursal da casa até 1975, quando, por fim, foi oficialmente fechada.

3 – A Polêmica Demolição

O estopim da campanha pró-demolição do Palácio Monroe teve origem, paradoxalmente, em um documento que o incluía como bem a ser oficialmente preservado. Redigido em 1972, por Paulo Santos, arquiteto de formação e historiador da Arte e da Arquitetura e também Conselheiro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – o documento, parecer-parte do Processo 860-T-72, intentava tombar o conjunto arquitetônico remanescente da abertura da Avenida Central, rebatizada, em 1912, como Avenida Rio Branco. A demanda havia partido, no mesmo ano, do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, agremiação fundada em 1888 e com grande projeção social no país. Paulo Santos discorria, então, imbuído dos preceitos da Carta de Veneza, de 1964, que indicava a necessidade de tombamento de conjuntos-testemunho de diversas épocas, incluía a Biblioteca Nacional, o Theatro Municipal, a Câmara dos Vereadores, a antiga sede da Escola Nacional de Belas Artes e alguns outros edifícios remanescentes. O parecer surtiu efeito para além do esperado e, sobretudo, dentro do próprio IPHAN. Lucio Costa, aposentado da Divisão de Estudos e Tombamento do órgão pouco tempo antes, dirigiu-se ao Conselho do IPHAN rebatendo as considerações de seu colega, Paulo Santos. Costa, em texto nomeado de “Problema Mal Posto”, tergiversou contra a ideia de tombarem diversas obras, mas deteve-se com grande fôlego no combate da inclusão do Palácio Monroe à lista. Invocando o ímpeto demolidor de Pereira Passos, o qual tem sido tratado como um reles destruidor em detrimento de suas razões históricas, Costa declarou que:

“esse conjunto [a ser tombado], para ter sentido (...) deveria de qualquer forma limitar-se apenas ao trecho inicialmente proposto, isto é, dos clubes à biblioteca, porquanto daí para adiante já não tem qualquer significação, e Pereira Passos com sua desenvoltura demolidora teria sido o primeiro a tirar dali o aviltado Pavilhão Monroe, cuja presença estorvante já não se justifica. O desafio da área se impõe” (COSTA, apud PESSÔA, 1998: 275).

A ideia de que o Monroe deveria desaparecer em prol do “desafogo urbano”, expressão tão vaga quanto sedutora, sobretudo aos modernistas, deixou as pastas de pareceres do IPHAN e tomou a imprensa. Em 04 de julho de 1974, o arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, Wladimir Alves de Souza, declarou ao jornal O Globo, que *“a demolição do Palácio Monroe possibilitaria à cidade ganhar uma área ajardinada, um complemento do Passeio Público, que ele considera muito importante para o Rio”* (O GLOBO, 04 de julho de 1974). A manifestação pró-demolição do Monroe aconteceu antes mesmo da decisão do Senado em fechar sua representação oficial (sucursal) no Rio. A alegação de que os 5 mil metros quadrados ocupados pelo Monroe em meio a uma praça seria um ganho real de qualidade urbanística para a cidade do Rio de Janeiro soava um tanto quanto ingênua, sobretudo porque defronte ao Monroe situava-se o Aterro do Flamengo, área verde de grandes proporções, com 1.200.000m² defronte a Baía de Guanabara. Entretanto, tal argumentação lançada pelo jornal foi repetidamente trazida pela imprensa (O Globo de 05, 09, 10 e 11 de julho), e foi atraindo opiniões de políticos, administradores e do grande público que, curiosamente, se viu envolvido em uma campanha preservacionista.

Embora em pleno período militar, a “campanha pró-Monroe” alcançou grande envergadura, sobretudo em jornais concorrentes d’O Globo, como o Jornal do Commercio, segundo declaração de Ubirajara Dettmar, antigo repórter fotográfico do periódico. Neste sentido, é muito interessante perceber que mesmo dentro do poder público atitudes foram tomadas visando a permanência do edifício. As razões, contidas em uma sequência de ofícios aponta a carência de espaços para as diversas pastas da União, sobretudo dos Ministérios da Fazenda e da Justiça. Convém mostrar que a efervescência da imprensa acerca da demolição foi o estopim da corrida dos Ministérios em busca da manutenção do Monroe, “repositório de tradições”, conforme palavras de José Alfredo Nunes de Azevedo (AZEVEDO, citado por AGUIAR, 1975: 208). Valendo-se de informação publicada no Jornal do Brasil, em 29 de abril de 1975, Evandro Gueiros Leite, juiz federal, dirigiu-se ao Ministro Presidente do Conselho da Justiça Federal, Mario Ribeiro, solicitando informações acerca da mudança do Senado, sucursal Rio e, na sequência, solicitando o uso do edifício, uma vez que via nele a possibilidade de sanar problemas de acomodação enfrentados pela Justiça Federal no Rio (AGUIAR, 1976: 203).

Em 29 de setembro de 1975, José Carlos Soares Freire, secretário geral do Ministério da Fazenda, em ofício endereçado ao Ministro da Fazenda, opina a favor da cessão do Monroe à Justiça e recomenda que o senhor ministro se dirija ao presidente da república, Ernesto Geisel, para uma solução em definitivo, mas com especial endosso da preservação do Monroe. Em resposta ao ofício encaminhado por Mario Henrique Simonsen, em 01/10/1975, ao presidente Geisel, Golberg do Couto e Silva, ministro chefe do gabinete presidencial, esclarece que cumpria-lhe “recomendações do Senhor Presidente da República no sentido da demolição do prédio e consequente transformação da área em logradouro público” (SILVA, citado por AGUIAR, 1976: 212).

Em 11 de outubro de 1975, o Presidente Geisel assinou decreto presidencial autorizando a demolição. O jornal O Globo comemorou a notícia:

“foi, portanto, vitoriosa, uma campanha deste jornal, que há muito se empenhava pelo desaparecimento do monstrengo arquitetônico [sic] da Cinelândia (...) Em seu lugar o Rio ganhará mais uma praça. Que essa boa notícia, que coincide como fim das obras de superfície do metrô na Cinelândia, seja mais um estímulo à remodelação de toda essa área, de presença tão marcante na história do Rio de Janeiro” (O GLOBO, 11 de outubro de 1975).

O Palácio veio ao chão entre janeiro e junho de 1976. Uma firma demolidora especializada foi contratada pelo governo federal para a demolição que revelou condições de trabalho precárias dos operários: picaretas manuais foram empregadas para o desmonte que, começando nas cúpulas metálicas, alcançou todo o edifício em meses intermináveis. O material de demolição foi vendido a particulares. Sabe-se que pelo menos um dos vitrais alusivos à implantação da República foi fazer parte de uma churrascaria na Barra da Tijuca; os leões implantados em Saint Louis e relocados no Rio foram vendidos a um fazendeiro de Uberaba, em MG (AGUIAR, 1976). Em notícia publicada no jornal Folha de São Paulo, em 1976, o Senado declarou que mesas e cadeiras do antigo Senado iriam para Brasília, para comporem o Museu da Instituição (FOLHA DE SÃO PAULO, 14 de abril de 1976: 2).

No mesmo ano, Geisel declarou na imprensa que havia solicitado que na área vaga, resultante do desmonte do Palácio Monroe, fosse instalado o chafariz que havia

sido desmontado da antiga praça da Bandeira, para a implantação do Metrô naquela área.

4 – O Palácio Monroe como deflagrador de uma nova política preservacionista

Embora o desfecho da demolição do Palácio Monroe tenha sido uma área vazia, com um chafariz histórico, “desambientado”, transformado em *souvenir* do passado, nas palavras de Eric Hobsbawm, o processo histórico que redundou em seu desaparecimento surtiu efeito para além do esperado. Conforme explicitou a arquiteta Mirela Mota Macedo, o projeto Corredor Cultural surgiu pelo entendimento de parcela significativa da sociedade carioca de que ações preservacionistas deveriam ser tomadas visando a preservação de um conjunto urbanístico-arquitetônico que existia na área central da cidade, e que contava com pelo menos quatro séculos de história, mas que, mesmo assim, estava em risco frente ao discurso tecnocrático urbano (MACEDO, 2004).

A Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro assumiu a tarefa preservacionista e delimitou cinco áreas de preservação: SAARA, Praça XV, Lapa, Cinelândia e o Largo da Carioca que encontraram um patrimônio edificado não canônico, mas extremamente expressivo. Essa incursão pela atividade preservacionista de um conjunto de edifícios “não simbólicos” dentro dos ditames tradicionais da arte da arquitetura revelou, paradoxalmente, um grande simbolismo a respeito das novas formas de se pensar as articulações preservacionistas no Rio.

O Monroe foi oficialmente rejeitado pelo governo, embora ministérios, agremiações profissionais como o Clube de Engenharia e o Instituto de Arquitetos do Brasil o tenham requisitado como espaço útil e de importância para a memória republicana. Podemos dizer, à guisa de conclusão que o edifício Monroe se mantém vivo na memória e nas narrativas acerca do Rio de Janeiro, muito embora tenha desaparecido fisicamente. Aceitando-se a premissa de que a recepção do patrimônio pode se dar por outras entradas para além daquela inerente à preservação do físico, da matéria, o Monroe pode ser considerado um dos mais exemplares objetos nesta linha. Entretanto, sendo a cidade também um universo de pedras e de ambientes, seu desaparecimento e a posterior “clareira” aberta no local outrora ocupado por ele mostra que a memória é apenas uma das dimensões do campo do patrimônio, e que, como tal,

fenece e não substitui a “experiência” urbana como deflagradora e constituinte da mesma.

Assim, este artigo procurou mapear algumas situações nas quais o Palácio Monroe foi objeto de discussão. A recorrente volta à sua demolição parece deixar aflorar que a memória carioca ainda não conseguiu fixá-lo apenas como um edifício que passou, retido no campo do etéreo, haja vista as sempre persistentes tentativas de sua reconstrução. A rejeição oficial do Monroe parece ser uma fratura na memória coletiva carioca.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Louis de Souza. Palácio Monroe: da glória ao opróbrio. Rio de Janeiro: edição do autor, 1976.

ATIQUÊ, Fernando. Arquetetando a “Boa Vizinhança”: arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil-Estados Unidos, 1876-1945. Campinas: Pontes / FAPESP, 2010.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1990.

CASTRO, Ramiro, Berbert de. Histórico e Descrição dos Edifícios da Cadeia Velha, Palácio Monroe e Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro: Empreza Brasil Editora, 1926. (Separata do Livro do Centenário da Camara dos Deputados).

FALBEL, Anat; LIMA, Ana Gabriela Godinho. Arquitetura Moderna: Ruptura ou Continuidade? Anais do III Seminário DOCOMOMO Brasil. São Paulo: Fundação Bienal, DOCOMOMO Brasil, 1999.

MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de. Construção Diplomática, Missão Arquitetônica: os pavilhões do Brasil nas Feiras Internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939). São Paulo: FAUUSP, 2010. (Memorial de Qualificação).

MACEDO, Mirela Mota. Corredor Cultural: um projeto de preservação da área central do Rio de Janeiro. São Carlos: EESC-USP, 2004. (Dissertação de Mestrado).

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4ª reimpressão. São Paulo, Brasiliense, 1999.

PÊSSOA, José (org.). Lucio Costa: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, 1998.

Periódicos consultados:

Folha de São Paulo

O Globo

Jornal do Brasil

Jornal do Commercio